

Handwritten signature

PARECER/2021/61

I. Pedido

1. O Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros submeteu à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), para parecer, o projeto de decreto-lei que cria a tarifa social de serviços de acesso à internet em banda larga.

2. A CNPD emite parecer no âmbito das suas atribuições e competências enquanto autoridade administrativa independente com poderes de autoridade para o controlo dos tratamentos de dados pessoais, conferidos pela alínea c) do n.º 1 do artigo 57.º, conjugado com a alínea b) do n.º 3 do artigo 58.º, e com o n.º 4 do artigo 36.º, todos do Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (doravante RGPD), em conjugação com o disposto no artigo 3.º, no n.º 2 do artigo 4.º, e na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º, todos da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que executa na ordem jurídica interna o RGPD.

II. Análise

3. O presente projeto de decreto-lei visa criar a tarifa social de fornecimento de serviços de acesso à Internet em banda larga, a aplicar a consumidores com baixos rendimentos ou com necessidades sociais especiais, alinhando a respetiva elegibilidade com os critérios em vigor para as tarifas sociais de outros serviços essenciais, designadamente a energia e água.

4. O procedimento de atribuição da tarifa social de fornecimento de serviços de acesso à Internet em banda larga não carece de pedido ou requerimento dos interessados. De acordo com o proposto no n.º 2 do artigo 9.º, as empresas que oferecem serviços de acesso à Internet em banda larga obtêm a elegibilidade de um titular do contrato, junto da ANACOM, mediante o envio dos seguintes dados pessoais: número de identificação fiscal e morada fiscal.

5. A ANACOM, por sua vez, consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) para este efeito. Esta consulta é realizada através da plataforma de interoperabilidade da Administração Pública (IAP) gerida pela AMA - Agência da Modernização Administrativa, I. P., mediante prévia celebração de um acordo de proteção de dados, a ser submetido à apreciação da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

6. Sublinha-se que, a par da interoperabilidade, devem ser adotadas as melhores práticas que garantam a segurança dos dados e a responsabilização no acesso à mesma e sua utilização. Uma vez que é opção do

legislador não regular o tratamento de dados aqui em causa, reserva-se a análise desta consulta de dados para quando do envio à CNPD o acordo de proteção de dados para apreciação.

7. Nos termos do n.º 5 do artigo 9.º «*Os procedimentos a que se refere o presente artigo podem ser subcontratados, pela ANACOM, a uma terceira entidade.*»

8. Note-se que o local onde essa entidade terceira deverá prestar o serviço (nas instalações da ANACOM ou nas suas próprias instalações) tem implicações no estabelecimento de circuitos de comunicação numa rede segura, que deverão ser tomados em consideração.

9. Por fim, importa referir que, caso a ANACOM recorra a subcontratante para execução do protocolo a celebrar com a AMA, o subcontratante deve aplicar as medidas técnicas e organizativas adequadas a garantir a segurança do tratamento, assegurar que as pessoas envolvidas assumem compromisso de confidencialidade e dar conhecimento à AMA de todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas no RGPD, incluindo facilitar e contribuir para as auditorias ou inspeções conduzidas pela AMA ou por outro auditor por esta mandatado, nos termos do artigo 28.º do RGPD.

III. Conclusão

10. Assim, com os fundamentos acima expostos, a CNPD recomenda a reformulação do n.º 5 do artigo 9.º, por forma a incluir a referência expressa às obrigações do subcontratante nos termos do artigo 28.º do RGPD.

11. No que respeita à consulta a realizar pela ANACOM aos serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira, uma vez que o projeto de diploma não regula o tratamento de dados, a CNPD reserva a sua pronúncia para momento posterior, quando for enviado à CNPD o acordo de proteção de dados previsto no número 4 do artigo 9.º.

Lisboa, 17 de maio de 2021



Maria Cândida Guedes de Oliveira (Relatora)